



Número: **0804752-21.2017.8.15.0251**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Patos**

Última distribuição : **19/09/2017**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NERIVALDO ARAUJO (AUTOR)		GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDAO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9770610	19/09/2017 11:58	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
9770668	19/09/2017 11:58	<a href="#">Petição Inicial - Nerivaldo Araújo x Seguradora Líder</a>	Outros Documentos
9770711	19/09/2017 11:58	<a href="#">Procuração Particular</a>	Procuração
9770739	19/09/2017 11:58	<a href="#">Declaração de Hipossuficiência</a>	Documento de Comprovação
9770762	19/09/2017 11:58	<a href="#">Documentos Pessoais</a>	Documento de Identificação
9770784	19/09/2017 11:58	<a href="#">Boletim de Ocorrências</a>	Documento de Comprovação
9770794	19/09/2017 11:58	<a href="#">Comprovante de Residência</a>	Documento de Comprovação
9770809	19/09/2017 11:58	<a href="#">Documento do Veículo</a>	Documento de Identificação
9770823	19/09/2017 11:58	<a href="#">Ficha de Atendimento - Hospital Regional de Patos</a>	Documento de Comprovação
15677880	01/08/2018 21:47	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
17125371	10/10/2018 17:47	<a href="#">Declaração de isenção de imposto de renda</a>	Petição
17125387	10/10/2018 17:47	<a href="#">Declaração de isenção de imposto de renda - Nerivaldo Araújo</a>	Documento de Comprovação
24410210	13/09/2019 12:45	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
25827351	01/11/2019 09:40	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
25827353	01/11/2019 09:40	<a href="#">0804752-21.2017.8.15.0251</a>	Documento Decisão Agravada
31339851	07/06/2020 16:07	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
31348523	08/06/2020 09:15	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
31348524	08/06/2020 09:15	<a href="#">0804752-21.2017 - 0810973-26.2019.8.15.0000</a>	Documento Decisão Agravada

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE PATOS-PB  
SEGUE ANEXA, PETIÇÃO INICIAL EM FORMATO PDF.**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE PATOS-PB**

**JUSTIÇA GRATUITA**

**NERIVALDO ARAÚJO**, brasileiro, casado, desempregado, inscrito no CPF Nº 593.868.864-72 e RG Nº 1649223 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Antônio Barreto, Nº 894, Bairro do Monte Castelo, CEP 58.707-180, por meio de seu procurador que a esta subscreve, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 6.194/74 e Decreto-Lei nº 73/66, propor:

**AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE COBRANÇA  
DE SEGURO OBRIGATÓRIO**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCÍOS DO SEGUROS DPVAT S/A**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º andar, Centro – Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20031-205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:



## 1. DA JUSTIÇA GRATUITA

De início, requer sejam concedidos os benefícios da **Justiça Gratuita** nos termos da Lei nº 1.060/50 e da Lei nº 7.115/83, por não possuir meios capazes de suportar as despesas de um processo judicial, sem prejuízo próprio ou da família, para que assim não veja vencida a satisfação de seus Direitos, para tanto, **apresenta declaração de pobreza** que vai anexo juntamente com o instrumento procuratório.

## 2. DOS FATOS

O Promovente em questão, envolveu-se em acidente de trânsito no dia 01/01/2016, na Rua Rosa de Figueiredo, no bairro da Maternidade, município de Patos/PB, por volta das 17h:00min daquele dia.

Conforme apresentado pelo Boletim de Ocorrências confeccionado pela Delegacia de Polícia Civil de Patos/PB (anexo), o autor conduzia sua moto, quando de repente perdeu o controle da mesma e vindo a cair no chão.

O Promovente necessitou de cuidados emergenciais realizados pelo SAMU, bem como hospitalares, já que necessitou ficar internada e sob observação no Hospital Regional Deputado Janduhy Carneiro em Patos/PB, **(Relatórios de Atendimento do Hospital anexo)**.

O Relatório Médico para Avaliação de Invalidez Permanente demonstra que não havia defeito físico ou doença pré-existente no Promovente, não havendo possibilidade de operação significativa ou de cura, conforme se ratificará quando realizado a perícia judicial, o que se requer desde já.

O Promovente deu entrada no pedido de liberação do seguro DPVAT para DAMS e INVALIDEZ. Entretanto, o valor do seguro de invalidez disponibilizado soma apenas **R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

**O Promovente faz jus a ter seu seguro tabelado na forma prevista no art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, como demonstrado acima, ou seja, faz jus a receber o percentual de 25% que corresponde a R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), ou seja, valor correspondente a PERDA COMPLETA DA MOBILIDADE DE UM DOS TORNOZELOS, NO CASO, O DIREITO.**



## **2.1 DO SEGURO OBRIGATORIO**

Proveniente do acontecimento aqui citado, o autor sofreu lesões gravíssimas, comprovadas através de laudos médicos e nas próprias fichas de atendimento ambulatorial (anexo).

A perda completa da mobilidade de um dos tornozelos, no caso do autor, o direito, gera como consequência ao promovente, **o comprometimento das funções motoras e autonômicas**, sendo-lhe devido o percentual de 25% que corresponde à R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), ou seja, valor correspondente à 25% da quantia total do seguro, como demonstra a Lei 6.194/74 para o determinado caso.

DEVE SER LEMBRADO, QUE MESMO DIANTE DE UMA LESÃO TÃO GRAVE EM DESFAVOR DO PROMOVENTE, O SR. NERIVALDO ARAÚJO, RECEBEU APENAS A QUANTIA DE R\$ 1.687,50 (MIL SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) EM RAZÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO.

## **3. MÉRITO**

### **3.1 DA LEGITIMIDADE PASSIVA**

Inicialmente, cumpre esclarecer que a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT”.

Ademais, tem-se que a Seguradora Lider dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

“CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA em seguro DPVAT, podendo a mesma



seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo.”

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos:

“§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES.”

Desta forma, é de fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

#### **4. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

##### **4.1 REFERENTES AO SEGURO OBRIGATÓRIO**

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito do Promovente de receber o seguro obrigatório DPVAT.

Existe jurisprudência que entende que a deformidade permanente de membro enquadra-se no conceito preconizado pelo §1º, inciso, II, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74.

APELAÇÃO CÍVEL - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - SEGURO DPVAT - ASSIMETRIA FACIAL LEVE - DEFORMIDADE PERMANENTE - INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA DE LEVE REPERCUSSÃO - CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - FIXAÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO AO PATAMAR DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) - § 1º, INCISO II, DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE - DECISÃO UNÂNIME.DPVATDPVAT§ 1ºII3º6.1941. A deformidade permanente proveniente de acidente automobilístico, de qualquer natureza, é indenizável; **desde que, haja a comprovação do sinistro e dele tenha originado as seqüelas no acidentado.**2. O conceito preconizado pelo § 1º, inciso II, do art. 3º da Lei 6.194/74, redação alterada pela Lei 11.482/07, garante a vítima de acidente automobilístico, quando se tratar de invalidez permanente



parcial incompleta a indenização proporcional de 50% (cinquenta por cento) para as repercussões de natureza média, sobre o valor integral da indenização por morte ou invalidez permanente (R\$ 13.500,00).§ 1ºII3º6.19411.4823. A finalidade precípua do seguro DPVAT é estabelecer a garantia de uma indenização que atenda às necessidades repentinas e prementes do acidentado, que no caso em tela, teve como consequência e em decorrência do sinistro, deformidade permanente no membro inferior direito.DPVAT4. Recurso provido em parte. Decisão Unânime. (1202431020098170001 PE 0120243-10.2009.8.17.0001, Relator: Agenor Ferreira de Lima Filho, Data de Julgamento: 14/12/2011, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 235). (grifos nossos).

O julgado acima defende, portanto, que o segurado seja beneficiado por motivo de todas as sequelas que sofreu, passando a receber uma quantia justa, nem exorbitante, nem inferior aos traumas a que passou. Além do mais, ninguém está preparado para a ocorrência de um sinistro, o Seguro Obrigatório DPVAT visa justamente amenizar as despesas financeiras que o vitimado irá despendar; que em um caso de invalidez permanente, nunca cessarão.

O cálculo realizado pela seguradora o do inciso II do § 1º do já citado art. 3º da Lei 6194/74, onde ocorre a diminuição da proporção da tabela. No entanto, tal diminuição só é procedente em casos de incapacidade permanente parcial, que como já demonstrado, não foi o que restou comprovado nos laudos técnicos, não tendo o condão, portanto da ré diminuir *de per si*, o valor devido. Sendo assim, tem sim direito, o autor à aplicação, em seu caso, do I, §1º, do art 3º da lei do seguro obrigatório (6194/74), ou seja, o Promovente faz jus a ser enquadrado diretamente na tabela. O autor não recebeu nenhuma quantia para ampará-la. Diante de tudo o que sofreu o autor e que vem sofrendo, pois este ainda sofre de dores e limitações, a gradação correta, ou seja, a gradação na forma como estabelece o I, §1º, art 3º da Lei 6194, é o mais justo ao seu caso.

Certo é que uma indenização nunca trará de volta a vida que o autor tinha ou enxugaria suas lágrimas, mas ajudaria em suas necessidades, que



nesse momento se faz tão necessária, que é para isso que serve o seguro: **amenizar a perda, no caso do promovente.**

A indenização do seguro obrigatório DPVAT está condicionado a simples prova acidente e dano decorrente, segundo o art. 5º da Lei nº6.194/74:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Sendo assim, os documentos anexados, bem como a perícia a ser realizada judicialmente, suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes. Demonstrando assim, o direito do Promovente de receber a devida complementação do seguro obrigatório DPVAT.

## **5. DOS PEDIDOS**

Ante o exposto passa a requerer:

- a) A citação da demandada, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;
- b) A procedência da ação, determinando a parte demandada ao pagamento do seguro obrigatório DPVAT, de **R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), valor este referente a 25% do teto estabelecido, corrigido e acrescido de juros de mora a partir da citação, devendo ser reduzido o valor já recebido de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos); em consonância com a perda completa da mobilidade de um dos tornozelos (no caso do promovente, tornozelo direito);**
- c) Seja concedido o benefício de assistência jurídica gratuita ao autor, tendo em vista que não possui condições econômicas para arcar com custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e sua família;





e) Provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especificamente, pericial, documental e depoimento pessoal do Promovente;

f) A condenação da parte ré nas custas processuais e pagamento de honorários sucumbenciais arbitrados por Vossa Excelência, onde aponta o percentual de 20% (vinte por cento).

Dá-se a causa o valor de **R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais)**.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Patos-PB, 15 de Setembro de 2017.

**GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDÃO**  
OAB/PB 16.870

**ELIAKIN OLIVEIRA BRANDÃO**  
ESTAGIÁRIO





Brega, Brandão, Costa & Brilhante  
Advogados

## PROCURAÇÃO PARTICULAR

### OUTORGANTE:

NERIVALDO ARAÚJO, brasileiro, casado, desempregado, inscrito no CPF nº 593.868.864-72 e RG nº 1649223 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Antônio Barreto, Nº 894, Bairro Monte Castelo, CEP 58.707-180


### OUTORGADOS:

DANIEL BRAGA DE SÁ COSTA, OAB/PB 16.192, brasileiro, casado, GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDÃO, OAB/PB 16.870, brasileiro, casado, e FERNANDA MORAIS DINIZ FÉLIX FREITAS, OAB/PB 19.479, brasileira, casada, advogados, todos com endereço profissional na Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro, Patos – PB, onde deverão receber as comunicações processuais de estilo.

### PODERES:

O OUTORGANTE nomeia e constitui os OUTORGADOS seus bastante procuradores, onde com esta se apresentam, outorgando-lhes os necessários poderes para representação em juízo ou fora dele conforme consagra o artigo 105 do Código de Processo Civil, concedendo-lhe ainda, poderes para agir em qualquer ação em que for autor, réu, assistente ou oponente, podendo tudo praticar, requerer, assinar, com poderes para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, reconvir, concordar, desistir, ratificar, receber quantias, receber citações e intimações, dar quitação, acompanhar quaisquer procedimentos em todos os termos ou instâncias, representar perante repartição, autarquia ou órgão federal, estadual ou municipal, firmar qualquer compromisso e ainda praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao integral e fiel cumprimento do presente mandato para que o confere os mais amplos poderes, bem como os contidos na cláusula "ad iudicio et extra" podendo substituí-los no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes aqui conferidos, inclusive os dispostos nas leis 1.060/50, 5.584/70, 7.510/86 e, especificamente, poderes para assinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme art. 1º da lei 7.115/83 e da lei 1.060/50.

Patos, 02 de Março de 2017.

  
OUTORGANTE

José Pessoa – PB: Av. Flamboyant, 1122, Empresarial Portões, Centro  
Patos – PB: Av. Dr. Pedro Firmino, 119, Centro  
Belo Horizonte – MG: Rua da Bahia, 111, Centro





Braga, Brandão, Costa & Brilhante  
Advogados

Doutor (Braga, Costa & Brilhante)  
Gustavo, Brandão, Costa & Brilhante  
Braga, Brandão, Costa & Brilhante

**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA FINS  
JUDICIAIS**

NERIVALDO ARAÚJO, brasileiro, casado, desempregado, inscrito no CPF nº 593.868.864-72 e RG nº 1649223 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Antônio Barreto, Nº 894, Bairro Monte Castelo, CEP 58.707-180, declara, sob as penas da lei, que não possui recursos suficientes para custear qualquer demanda, sem prejuízo do sustento próprio, pelo que, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da Justiça.

Patos, 02 de Março de 2017.

Nerivaldo Araújo  
DECLARANTE

João Pessoa - PB - Rua Flaminópolis, nº 405, 2º andar, sala 205, Anatel, 58052-010  
Patos - PB - Av. Dr. Pedro Freire, 119, Centro, 58708-000 -  
(PB) Bico 4234/9999-4553/712-9022 - balachrociaa@bcb.com



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG 1.649.223 2ª via Expedido em 23 DEZ 1999

NOME MERIVALDO ARAÚJO

PRENOME MARIA de Lourdes Araújo

DATA DE NASCIMENTO 16.07.1965

NATURALIDADE São José de Espinharas-PR

DOC. ORIGINAL Cert. 0ns.10730. Pts. 40. Liv. 29-E

CPF 59.386.886-72

Assinado eletronicamente por: GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDAO - 19/09/2017 11:56:45

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARANÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI-93

Assinado eletronicamente por: GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDAO - 19/09/2017 11:56:45

Assinado eletronicamente por: GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDAO - 19/09/2017 11:56:45



## CERTIDÃO

**CERTIFICO**, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada que se encontra registrada nesta Delegacia, a **Ocorrência nº 1858/2016**, cujo teor passo a transcrever na íntegra: Aos QUATRO dias do mês de MAIO do ano DOIS MIL E DEZESSEIS, nesta cidade de Patos/PB, no Cartório desta Delegacia, sob a responsabilidade da Autoridade Policial, **DANIELA ROSA QUIRINO DE SÁ PIRES**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo Escrivão de seu cargo, ao final assinado, por volta das 09:25 horas, compareceu: **NERIVALDO ARAUJO**, brasileira, RG 1649223 SSP/PB, CPF 593.868.864-72, natural de S. J. De Espinharas/PB, data de nasc. 16/07/1965, filho(a) de Maria de Lourdes Araujo e de pai não declarado, residente na Rua, Antonio Barreto, 894, Monte Castelo, Patos/PB, Tel. (83)9.9955.9005:, a fim de notificar o seguinte:

Que, na data 01/01/2016, por volta das 17:00 horas, conduzia sua moto de marca/modelo HONDA/XRE 300, placa QFE-4337/PB, Cód. Renavam 01115013073, licenciada em nome do notificante, quando na rua Rosa de Figueiredo, bairro Maternidade, nesta cidade, perdeu o controle da moto e caiu; Que, foi levado para o Hospital Regional Dep. Janduhy Carneiro, nesta cidade, pelo seu irmão.

Nada mais havendo a constar, encerro a presente certidão que, lida e achada conforme, vai devidamente datada e assinada por mim. Eu, Escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé.

**TERMO DE RESPONSABILIDADE: Declaro assumir inteira responsabilidade civil e criminal** referente ao Registro da Ocorrência supra, que deu origem a presente Certidão. (Artigo 299, do C.P.B. – Falsidade Ideológica – Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos).

Notificante: Nerivaldo Araujo

Patos/PB, 04 de maio de 2016.

APC-ANA MARIA DA C. LEANDRO  
Mat.138.428-7



JOSE FRANCILEUDO PEREIRA RIBEIRO  
RUA ANTONIO BARRETO, S/N - MONTE CASTELO  
PATOS / PB CEP: 59100000 (AQ: 118)

Classificação: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO  
Roteiro: 18 - 118 - 495 - 7380  
Nº medidor: 00008859794

Referência: Fev/2016  
Emissão: 19/03/2016

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
R-230, km 25 - Costa Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-080  
CNPJ: 09.095.180/0001-40 - INSC. EST. 16.015.823-0  
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 01 353 001  
Código para Débito Automático: 00017144353

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/1714435-3**

Fev / 2016

Canal de contato

Apresentação

- Redução do valor da bandeira vermelha para o patamar 1, R\$ 3,00, a cada 100 kWh consumidos, vigente a partir de 01/03/2016

29/02/2016

Data prevista da próxima leitura

30/03/2016

CPF/ CNPJ/ RANI

3208189471  
Insc. Est.

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ  
O DIA 24/02/2016 PAGAS  
OBRIGADO!

Histórico de Consumo  
(kWh)

Jan/16	103
Dez/15	100
Nov/15	110
Out/15	104
Set/15	78
Ago/15	0
Jul/15	1
Jun/15	0
Mai/15	2
Abr/15	20
Mar/15	26
Fev/15	21

Média dos últimos meses  
47 kWh

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
28/01/16	564	29/02/16	707	1
			143	37

#### Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	143	0,41817	59,79
Adic. B Vermelha			4,49
ICMS			28,41
PIS			1,27
COFINS			6,90
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
CONTRIBUIÇÃO LUM PÚBLICA			10,35
JUROS DE MORA 01/2016			0,44
MULTA 01/2016			1,47
COMP. INDICADOR DIC TRIMESTRAL 12/2015			-0,13
COMPENSAÇÃO POR INDICADOR CMC 12/2015			-0,93

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	97,82	27,00	26,41
PIS	97,82	1,0000	1,27
COFINS	97,82	6,0000	5,88

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

07/03/2016

R\$ 109,02

85b6.17e3.79db.a57c.2da8.c35f.55bd.0ae8

Indicadores de Qualidade 12/2015-Janeiro

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	8,00	5,88
DIC TRIMESTRAL	12,00	
DIC ANUAL	24,12	
PIC MENSAL	2,00	
PIC TRIMESTRAL	3,10	
PIC ANUAL	14,20	
CMC	3,84	
CMC	12,22	

NOMINAL 220  
CONTRATADA 202  
LIMITE INFERIOR 221  
LIMITE SUPERIOR 221

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. da Energia PB	21,47	19,60
Carga de Energia	34,35	31,20
Serviço de Transmissão	1,67	1,52
Encargos Setoriais	8,78	8,17
Impostos, Custos e Encargos	45,80	41,81
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	110,08	100,00

Valor do EVSD (Ref. 12/2015) R\$ 22,21

ATENÇÃO

- Leitura confirmada













O: \_\_\_\_\_ PA: \_\_\_\_\_ TEMP: \_\_\_\_\_

ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

Wt. on hand - from  
Landed - (9) per year in  
weight

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

## RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

folha grande tipo B&H

pluma 4 mm

CARÁTER DO ATENDIMENTO	
<input type="checkbox"/>	01 - ELETIVO
<input checked="" type="checkbox"/>	02 - URGÊNCIA
<input type="checkbox"/>	03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
<input type="checkbox"/>	04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO
<input type="checkbox"/>	05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS


PROCEDIMENTO	Descrição
R <sub>2</sub>	Dutty's ... S.K. high
E.H.	K- ...

Frederico de Almeida	DIAGNÓSTICO	01/01/2010
Frederico de Almeida		
		CID-10

MEDICAÇÃO		ENCAMINHAMENTO					
<input type="checkbox"/>	1. PRESCRITA	<input type="checkbox"/>	OBSERVAÇÃO	<input type="checkbox"/>	RESIDÊNCIA	<input type="checkbox"/>	INTERNAÇÃO
<input type="checkbox"/>	2. APLICADA	<input type="checkbox"/>	OUTRO HOSPITAL	<input type="checkbox"/>	ÓBITO	<input type="checkbox"/>	OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS	CÓDIGO	PROCEDIMENTO
01 -	01	01
25	02	02
3 -	03	03

	Médico / Cfm / Cns	CBO
MARCELO ALVES - 7331 - 111-1111-1111		

ASS. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU REPONSAVEL	Polígrafo Direito
 ASS. REVISOR TÉCNICO - carimbo ASS. REVISOR ADMINISTRATIVO - carimbo	



**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA**

**Processo nº 0804752-21.2017.8.15.0251**

**DESPACHO**

Vistos, etc.

1. Ao analisar a inicial e os documentos constantes dos autos, verifico que a parte Autora exerce profissão, mas não informa seus rendimentos. A fim de verificar a situação de hipossuficiência econômica alegada pela parte Autora, conforme faculta o art. 99, §2º do CPC/2015, determino a juntada das declarações de Imposto de Renda prestadas a Receita Federal nos últimos 3 (três) anos (caso seja empresário – em qualquer nível – juntar IRPJ ou similar). Não possuindo, traga aos autos declaração ou comprovação de que não declara o imposto de renda (IRPF e/ou IRPJ), **juntando, em qualquer caso, os comprovantes de seus rendimentos de trabalho e/ou aposentadoria e CTPS,** informando seus eventuais gastos, caso existam, podendo o(a) Autor(a) fazer as manifestações que achar pertinentes. Prazo: 15 dias.

2. Caso a parte não se manifeste acerca da providência acima, intime-se novamente, desta vez para regularizar o prosseguimento do feito, em 15 (quinze dias) dias, providenciando o recolhimento das custas processuais, sob pena de extinção.

Diligências necessárias.

Patos, data eletrônica.

**Bruno Medrado dos Santos  
Juiz de Direito**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA  
MISTA DA COMARCA DE PATOS – PB.  
SEGUE ANEXA EM FORMATO PDF, DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE  
IMPOSTO DE RENDA CONFORME SOLICITADO.**



## DECLARAÇÃO DE ISENTO DE IMPOSTO DE RENDA- PESSOA FÍSICA

Eu, **NERIVALDO ARAÚJO**, brasileiro, casado, desempregado, inscrito no CPF Nº 593.868.864-72 e RG Nº 1649223 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Antônio Barreto, Nº 894, Bairro do Monte Castelo, CEP 58.707-180, afirmo que sou isento de declarar o Imposto de Renda pelo motivo de não alcançar renda suficiente para ultrapassar o teto mínimo estabelecido pela Receita Federal, para que se haja obrigação em declarar tal imposto. Afirmo ainda, que esta declaração segue em conformidade com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864 de 25 de julho de 2008, relatando que deixou de existir a Declaração Anual de Isento, a partir de 2008; também segue em conformidade com o previsto na Lei nº 7.115/83 relatando que a isenção poderá ser comprovada mediante de declaração escrita e assinada pelo próprio interessado.

Alego ser verdade todo o exposto acima.

Patos, 10 de 10 de 2018.

Nerivaldo Araujo





**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA**

PROCESSO: 0804752-21.2017.8.15.0251

**DECISÃO**

Vistos, etc.

A fim de verificar a situação de alegada hipossuficiência econômica do Autor, conforme faculta do art. 99, §2º do CPC/2015, este Juízo determinou a sua comprovação.

A análise dos documentos juntados deve ser feita de maneira global. Verifica-se que o(a) Autor(a) NÃO CUMPRIU integralmente o despacho de ID 15677880, deixando de juntar cópia da sua CTPS. Ademais, não indicou sua profissão (desempregado não é profissão e sim um estado de não exercício de trabalho), tampouco sua renda, reservando-se a juntar a declaração de isenção de imposto de renda. Assim, ausentes elementos suficientes que permitam concluir o preenchimento dos requisitos, uma simples concessão de gratuidade de justiça não é viável. Contudo o pagamento do valor integral das custas também traria à parte Autora uma sobrecarga para o seu sustento e de sua família.

Dessa forma, a fim de garantir o acesso à justiça à parte autora, e da mesma forma garantir o pagamento de valores devidos aos gastos públicos pela movimentação da máquina da Justiça Estadual, **CONCEDO JUSTIÇA GRATUITA PARCIAL e PARCELAMENTO DAS DESPESAS (art. 98, §§ 5º e 6º, CPC/2015 c/c Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ)** à parte Autora nos seguintes termos: 1) Redução de 50% do valor das custas, ou seja, a parte Autora deverá recolher 50% do valor total das custas calculadas; Possibilidade de parcelamento do valor em até 2 (duas) vezes, valor este que deve ser corrigido mensalmente pela UFIR vigente no mês (art. 2º, caput, da Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ).

**Determino à autora o recolhimento das custas processuais reduzidas em parcela única ou o pagamento da primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição da presente ação (art. 290, CPC/2015). As demais parcelas devem ser recolhidas até o último dia do mês subsequente e não se suspende em virtude do recesso forense, nem de qualquer outro motivo de suspensão do processo (art. 2º, §2º, da Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ).**

Incumbe à parte beneficiária do parcelamento extrair do sistema Custas Online, no portal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba ([www.tjpb.jus.br](http://www.tjpb.jus.br)), o boleto relativo a cada parcela, utilizando o número do respectivo processo ou da guia de custas, sendo vedado o pagamento de despesas processuais que não seja por meio de guias de recolhimento (art. 5º, da Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ).

P.I.

PATOS, 13 de setembro de 2019

**Bruno Medrado dos Santos  
Juiz de Direito**





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**7ª Vara Mista de Patos**

---

PROCESSO Nº 0804752-21.2017.8.15.0251  
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[SEGURO]

AUTOR: NERIVALDO ARAUJO  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

7ª Vara Mista de Patos-Pb, 1 de novembro de 2019.

MARIA DE LOURDES RODRIGUES  
Chefe de Cartório





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81520192732406

Nome original: 0810973-26.2019.8.15.0000.pdf

Data: 31/10/2019 15:14:16

Remetente:

Viviane Queiroz Pereira

2ª Câmara Especializada Cível

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do Exmo. Sr. Des. Relator, encaminho a V. Exa cópia da Decisão proferida nos autos do AI nº 0810973-26.2019.8.15.0000 (PJE), interposto contra os termos do despacho desse Juízo, lançado na Ação nº 0804752-21.2017.815.0251





31/10/2019

Número: **0810973-26.2019.8.15.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **2ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. José Aurélio da Cruz**

Última distribuição : **16/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 998,00**

Processo referência: **0804752-21.2017.8.15.0251**

Assuntos: **Assistência Judiciária Gratuita**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NERIVALDO ARAUJO (AGRAVANTE)		GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDAO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (AGRAVADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4736817	31/10/2019 13:21	<a href="#">Decisão</a>	Decisão







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JOSÉ AURÉLIO DA CRUZ  
Praça João Pessoa, s/n – CEP. 58.013-902 – João Pessoa – PB  
Telefone/PABX: (83) 3216-1400

## DECISÃO LIMINAR

Agravo de Instrumento nº 0810973-26.2019.8.15.0000  
Relator: Desembargador José Aurélio da Cruz  
Agravante: Nerivaldo Araújo  
Advogado: Gabriel Felipe Oliveira Brandão - OAB/PB:16.870, Eliakin Oliveira Brandão  
- OAB/PB: 25.151  
Agravado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A

### Vistos, etc.

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Nerivaldo Araújo em face de decisão proferida pelo Magistrado Bruno Medrado dos Santos, em atuação na 7ª Vara Mista de Patos, que deferiu parcialmente seu pedido de Gratuidade Processual.

O agravante alega que se encontra em momento financeiro delicado por estar desempregado e não ter renda certa e determinada, pelo que não tem a mínima condição de arcar com custas processuais.

Por fim, requer que o presente recurso seja conhecido e provido para reformar a decisão agravada, concedendo-lhes os benefícios integrais da Justiça Gratuita.

### É o relatório.

### DECIDO

Registre-se, de início, as disposições do art. 1.019, inciso I, do CPC/2015, que estabelece que o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso, nos seguintes termos:

Art. 1.019. Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, **o relator**, no prazo de 5 (cinco) dias:

I - **poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso** ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão; **Grifei.**

O parágrafo único do art. 995, do mesmo diploma, por sua vez, traz os requisitos necessário para a concessão do referido efeito suspensivo. Veja-se:



Assinado eletronicamente por: José Aurélio da Cruz - 31/10/2019 13:21:20  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910311321203460000004721621>  
Número do documento: 1910311321203460000004721621

Num. 4736817 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: MARIA DE LOURDES RODRIGUES - 01/11/2019 09:40:12  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19110109401238200000024963077>  
Número do documento: 19110109401238200000024963077

Num. 25827353 - Pág. 3

Art. 995. [...]

Parágrafo único: A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver **risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação**, e ficar demonstrada a **probabilidade de provimento do recurso**.

Assim, só haverá que se falar em suspensão da eficácia de uma decisão combatida, caso se esteja diante de dois pressupostos legais, quais sejam: a) o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e b) a probabilidade de provimento recursal.

Pois bem. No caso discute-se o benefício da gratuidade judiciária integral.

Segundo a regra inserta no art. 98, *caput*, do CPC/2015, “a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.”

O art. 99, § 3º do mesmo diploma estabelece que “*presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural*.”. Todavia, tal regra poderá ser afastada, caso haja indícios de que a parte possua condições de arcar com as custas e despesas processuais.

Nesses casos, poderá o magistrado, mediante decisão devidamente fundamentada, indeferir o benefício requerido, o que deve ser precedido de intimação da parte para comprovação do preenchimento dos pressupostos legais para sua concessão (art. 98, §2º, do CPC).

Desse modo, sobre a afirmação de ser pobre na forma da lei paira uma presunção relativa de veracidade, podendo esta ser elidida pelo julgador, desde que haja indicativos seguros e irrefutáveis da possibilidade de o interessado arcar com as despesas do processo.

No presente caso, o Juízo singular deferiu parcialmente o pleito de gratuidade judiciária ( ID 24410210 - processo nº 0804752-21.2017.815.0251 - originário).

Irresignado, o promovente interpôs o presente agravo, reiterando sua impossibilidade de arcar com as custas processuais, ressaltando que se encontra desempregado.

No caso em tela, observo que o agravante colacionou aos autos originários declaração de isenção de imposto de renda ( ID 17125387) conforme previsto na Lei 7.115/83, bem como, declaração de hipossuficiência (ID 9770739). No entanto, deixou de juntar cópia da CTP - Carteira de Trabalho e Previdência Social, solicitada pelo magistrado. Quanto à sua profissão, consta na ficha de atendimento laboratorial (ID 9770823), como sendo pedreiro.

Apesar de não haver nos autos o demonstrativo das custas iniciais, em face do agravante afirmar que se encontra desempregado, e não havendo quaisquer indícios em contrário, entendo que a liminar de gratuidade judiciária lhe deva ser concedida.

Válido lembrar que “o benefício da assistência judiciária não atinge apenas os pobres e miseráveis, mas, também, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas e demais despesas do processo, sem prejuízo do seu sustento ou da família”.



Assinado eletronicamente por: José Aurélio da Cruz - 31/10/2019 13:21:20  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910311321203460000004721621>  
Número do documento: 1910311321203460000004721621

Num. 4736817 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: MARIA DE LOURDES RODRIGUES - 01/11/2019 09:40:12  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19110109401238200000024963077>  
Número do documento: 19110109401238200000024963077

Num. 25827353 - Pág. 4

Sobre o tema, precedentes de Tribunais de Justiça pátrios:

JUSTIÇA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE NECESSIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA. É pacífica a jurisprudência desta Corte, do Superior Tribunal de Justiça e do próprio Supremo Tribunal Federal no sentido de que mesmo pessoas de classe média fazem jus à assistência judiciária gratuita, pois são altos os custos do acesso à Justiça que deve ser facilitado não só aos miseráveis, mas a todos aqueles que se encontrem em situação de hipossuficiência, objetivamente considerada. Hipótese em que a autora, ora agravante, é diarista e figura como isenta do IRFP. Recurso provido. (TJ-RJ - AI: 00574852620188190000, Relator: Des(a). MARCO ANTONIO IBRAHIM, Data de Julgamento: 29/05/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL).

APELAÇÃO. DIREITO DE VIZINHANÇA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAL E MORAL. RUÍDO EXCESSIVO PROVENIENTE DO ESTABELECIMENTO DA RÉ. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA POR OCASIÃO DO APELO. DOCUMENTOS QUE COMPROVAM QUE OS VALORES RECEBIDOS PELA AUTORA SÃO GASTOS COM SUA MANUTENÇÃO. DIREITO AO BENEFÍCIO. Nos termos da legislação de regência sobre a matéria, o benefício da assistência judiciária não é concedido apenas aos miseráveis, mas também àqueles que estejam em situação econômica que não lhes permitam pagar despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou da família. [...] (TJ-SP - APL: 40316964220138260224 SP 4031696-42.2013.8.26.0224, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 18/10/2016, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/10/2016).

**Grifos nossos.**

De modo que, pelo menos em um juízo de cognição sumária, segundo o panorama processual ora visto, vislumbro a probabilidade de provimento recursal, levando-se em consideração o fato do recorrente se encontrar desempregado.

Também, vê-se o risco de dano grave, ante a iminência de arquivamento processual, caso as custas não sejam pagas.

## DISPOSITIVO

Pelo exposto, **DEFIRO O PEDIDO LIMINAR**, suspendendo a interlocutória recorrida, a fim de que o processo principal siga sua marcha normal, devendo o Juízo singular ser imediatamente comunicado desta decisão e intimada a parte agravada para, no prazo de quinze dias, vir a responder o presente recurso.

**P. I.**

**João Pessoa, datado e assinado eletronicamente**



Assinado eletronicamente por: José Aurélio da Cruz - 31/10/2019 13:21:20  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910311321203460000004721621>  
Número do documento: 1910311321203460000004721621

Num. 4736817 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: MARIA DE LOURDES RODRIGUES - 01/11/2019 09:40:12  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19110109401238200000024963077>  
Número do documento: 19110109401238200000024963077

Num. 25827353 - Pág. 5



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA

Processo nº 0804752-21.2017.8.15.0251

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Foi concedida a gratuidade parcial ao promovente com determinação de recolhimento das custas parciais.

O promovente agravou a decisão.

Em sede de liminar o TJPB determinou o seguimento do feito até decisão final, nos seguintes termos: "**Pelo exposto, DEFIRO O PEDIDO LIMINAR, suspendendo a interlocutória recorrida, a fim de que o processo principal siga sua marcha normal, devendo o Juízo singular ser imediatamente comunicado desta decisão e intimada a parte agravada para, no prazo de quinze dias, vir a responder o presente recurso**", razão pela qual dou seguimento ao feito.

Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e art. 8º cc. 139, II, ambos do CPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação do art. 334 do CPC, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, deste Diploma.

**Cite-se a parte requerida, por carta com AR, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do CPC, sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do CPC). Voltando o AR negativo, cite-se por oficial de justiça, uma vez recolhidas as custas respectivas, se for o caso, inclusive intimando-se para tanto, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.**

Apresentada contestação, a parte autora deve ser **intimada** para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, conforme os arts. 350 e 351 do NCPC, podendo, inclusive, corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 352 do NCPC.

Com a decisão final do agravo de instrumento, junte-se e imediatamente faça os autos conclusos.

Cumpra-se. Intimações e Diligências necessárias.

Patos, 7 de junho de 2020

**Bruno Medrado dos Santos**  
**Juiz de Direito**





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**7ª Vara Mista de Patos**

---

PROCESSO Nº 0804752-21.2017.8.15.0251  
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Seguro]

AUTOR: NERIVALDO ARAUJO  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

7ª Vara Mista de Patos-Pb, 8 de junho de 2020.

MARIA DE LOURDES RODRIGUES  
Chefe de Cartório





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81520203104470

Nome original: 0810973-26.2019.8.15.0000.pdf

Data: 06/06/2020 17:24:27

Remetente:

Viviane Queiroz Pereira

2ª Câmara Especializada Cível

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do Exmo. Sr. Des. Relator, encaminho a V. Exa cópia da Decisão proferida nos autos do AI nº 0810973-26.2019.8.15.0000 (PJE), interposto contra os termos do despacho desse Juízo, lançado na Ação nº 0804752-21.2017.815.0251





06/06/2020

Número: **0810973-26.2019.8.15.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **2ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. José Aurélio da Cruz**

Última distribuição : **16/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 998,00**

Processo referência: **0804752-21.2017.8.15.0251**

Assuntos: **Assistência Judiciária Gratuita**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NERIVALDO ARAUJO (AGRAVANTE)		GABRIEL FELIPE OLIVEIRA BRANDAO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (AGRAVADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6485272	01/06/2020 15:44	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão





PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA GABINETE DO DESEMBARGADOR JOSÉ AURÉLIO  
DA CRUZ Praça João Pessoa, s/n – CEP. 58.013-902 – João Pessoa – PB Telefone/PABX: (83) 3216-1400

## ACÓRDÃO

Agravo de Instrumento nº 0810973-26.2019.8.15.0000

Relator: Juiz Eduardo José de Carvalho Soares, convocado para substituir o Desembargador José Aurélio da Cruz.

Agravante: Nerivaldo Araújo

Advogado: Gabriel Felipe Oliveira Brandão - OAB/PB:16.870, Eliakin Oliveira Brandão - OAB/PB: 25.151

Agravado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A

**AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - GRATUIDADE JUDICIÁRIA PARCIALMENTE DEFERIDA - PESSOA FÍSICA - PROMOVENTE DESEMPREGADO - COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - PRESUNÇÃO DE VERACIDADE - BENEFÍCIO QUE MERECE SER DEFERIDO EM SUA TOTALIDADE - PROVIMENTO DO RECURSO.** 1. Nos termos do art. 98 do CPC, "a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça". 2. Considerando a inexistência de qualquer elemento que evidencie a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade, o provimento do recurso para deferir ao recorrente os benefícios da justiça gratuita, é medida que se impõe.

**VISTOS**, relatados e discutidos os presentes autos.

**ACORDAM** os integrantes da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e da certidão de julgamento retro.

**RELATÓRIO** Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Nerivaldo Araújo em face da decisão proferida pelo Magistrado Bruno Medrado dos Santos, em atuação na 7ª Vara Mista de Patos, que deferiu parcialmente seu pedido de Gratuidade Processual. Nas razões do recurso aduz o agravante que atualmente se encontra desempregado, não tendo condições de arcar com as custas judiciais sem prejuízo do próprio sustento. Pede o provimento do presente recurso no sentido de deferir o benefício integral da gratuidade processual. Liminar deferida, suspendendo a interlocutória (ID 4736817). Decorrido prazo para contrarrazões (Certidão - ID 5109530). Sem parecer ministerial, porquanto ausente interesse público que torne necessária a sua intervenção. **É o relatório.**

**VOTO** Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso. Conforme se infere dos autos, o presente inconformismo tem como objeto o direito à gratuidade de justiça integral requerida pelo agravante. É cediço que o instituto da assistência judiciária tem por finalidade garantir o acesso de todos os necessitados à proteção judicial, sendo este direito garantido por força do artigo 5º, inciso LXXIV da CF de 1988, devendo ser



Assinado eletronicamente por: EDUARDO JOSE DE CARVALHO SOARES - 01/06/2020 15:44:01  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060115440147100000006460539>  
Número do documento: 20060115440147100000006460539

Num. 6485272 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: MARIA DE LOURDES RODRIGUES - 08/06/2020 09:15:01  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060809150127500000030074677>  
Número do documento: 20060809150127500000030074677

Num. 31348524 - Pág. 3



amplo e integral. Com o advento do novo Código de Processo Civil, a Lei nº 1.060/50, que estabelecia as normas para a concessão de assistência judiciária gratuita aos necessitados, restou parcialmente revogada, haja vista que o instituto da gratuidade de justiça passou a ser tratado, expressamente, nos arts. 98 a 102 da Lei nº 13.105/2015. De acordo com o art. 98 da nova legislação, "a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei". Referido dispositivo está em consonância com o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, que estabelece que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". É evidente, portanto, que a concessão da justiça gratuita está condicionada à prova da hipossuficiência econômica pela parte interessada. No caso em tela, o Juízo singular deferiu parcialmente o pleito de gratuidade judiciária (ID 24410210 - processo originário). Irresignada, a parte autora interpôs o presente agravo (ID 4714025), reiterando sua impossibilidade de suportar as custas processuais em virtude de, atualmente, se encontrar desempregado anexando ao processo originário nº 084752-21.2017.815.0251, nos IDs 9770739 e 17125387, declaração de hipossuficiência e de isenção de imposto de renda. Observo que o valor da causa é no importe de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Assim, entendo que no caso em análise é imperioso reconhecer que o agravante faz jus ao benefício integral da gratuidade judiciária, nos termos do art. 98 do CPC/15, por se encontrar desempregado, ademais frente ao valor das custas acima. Ressalto, porém, que a referida concessão pode ser revista, inclusive pelo Juiz primevo, caso surjam outros elementos aptos a afastar a benesse outorgada. Por outro lado, não vejo no processo qualquer outro elemento que evidencie a falta dos pressupostos legais à concessão da gratuidade. Com relação à matéria, a jurisprudência do Tribunal de Justiça da Paraíba diz o seguinte:

Agravo de Instrumento – Justiça gratuita – Pessoa Física – Necessidade de comprovação da afirmação feita em declaração de hipossuficiência - Presença - Provimento. - A simples declaração de hipossuficiência financeira não é suficiente para concessão do benefício da gratuidade da justiça à pessoa física, exigindo-se a comprovação do estado de hipossuficiência, a partir de uma interpretação sistemática do ordenamento jurídico, na forma do art. 98, no § 3º, do art. 99, do CPC/15 e no inc. LXXIV, do art. 5º, da CF. - Restando evidenciada nos autos eletrônicos que a agravante auferia um valor um pouco superior a um salário-mínimo e de grave sua descendente é portadora de grave enfermidade pela qual há comprometimento da renda familiar, o deferimento das benesses da gratuidade judiciária é medida que se impõe. (0803478-62.2018.8.15.0000, Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos, AGRAVO DE INSTRUMENTO, 2ª Câmara Cível, juntado em 21/02/2019) AGRAVO DE INSTRUMENTO — INDEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA — PESSOA FÍSICA — DECLARAÇÃO DE POBREZA — PRESUNÇÃO IURIS TANTUM DE VERACIDADE — PROVIMENTO. É que a Lei nº 1.060/50 – norma jurídica aplicável à espécie – firma ser suficiente ao exercício do direito à gratuidade da justiça a mera alegação de que o sujeito encontra-se impossibilitado de suportar as despesas processuais, sem sacrificar o próprio sustento ou o de sua família. Em linhas gerais, essa é a orientação estabelecida pelo art. 4º, § 1º, da citada lei. VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS estes autos antes identificados. ACORDA a Egrégia Terceira Câmara Cível do Colendo Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em dar provimento ao agravo de instrumento. (0806305-46.2018.8.15.0000, Rel. Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides, AGRAVO DE INSTRUMENTO, 3ª Câmara Cível, juntado em 24/05/2019) AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PESSOA NATURAL. PROMOVENTE DESEMPREGADO. DEMONSTRAÇÃO DA ADEQUAÇÃO À CONCESSÃO INTEGRAL DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. REDUÇÃO PERCENTUAL E PARCELAMENTO QUE, NO CASO, REVELAM-SE OBSTÁCULO IRRAZOÁVEL AO ACESSO À JUSTIÇA. PROVIMENTO. - Dentro da seara dos novos contornos da gratuidade judiciária implementados pelo Código de Processo Civil de 2015, deve-se considerar a necessidade de mudança do paradigma para que seja alterada a situação anterior de concessão indiscriminada do benefício, porém, não se deve perder de vista que tal entendimento de mudança não deve incidir a qualquer custo, prejudicando sobretudo pessoas em estado de vulnerabilidade econômica. O rigor que a mudança exige deve



Assinado eletronicamente por: EDUARDO JOSE DE CARVALHO SOARES - 01/06/2020 15:44:01  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060115440147100000006460539>  
Número do documento: 20060115440147100000006460539

Num. 6485272 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: MARIA DE LOURDES RODRIGUES - 08/06/2020 09:15:01  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060809150127500000030074677>  
Número do documento: 20060809150127500000030074677

Num. 31348524 - Pág. 4

ser aplicado sem, contudo, perder-se de vista o valor da dignidade humana, o mínimo existencial que cada cidadão tem o direito de possuir. - Não se pode utilizar a jurisdição como dentro de um conceito puramente mercadológico, em que se divide o pagamento do serviço prestado, quando visualizado que o jurisdicionado do caso concreto encontra-se desempregado, e, assim, qualquer parcela que lhe seja exigida para obter a tutela judicial representa um obstáculo considerável na "escolha" por ter ou não a possibilidade de lhe ser assegurado um direito. Trata-se uma ponderação a ser realizada caso a caso. - Considerando que a parte agravante logrou êxito em demonstrar situação de hipossuficiência a demonstrar a necessidade de concessão integral dos benefícios da gratuidade de justiça, deve ser reformada a decisão interlocutória para garantir o afastamento da redução percentual e parcelamento das custas iniciais impostas pelo juízo a quo. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, (0800986-63.2019.8.15.0000, Rel. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, AGRAVO DE INSTRUMENTO, 4ª Câmara Cível, juntado em 24/05/2019). **Não havendo no processo razões que justifiquem a exclusão da presunção de se tratar o recorrente pessoa hipossuficiente, deve-se dar provimento ao recurso para reformar a decisão agravada e conceder o benefício integral da gratuidade judiciária.**

**DISPOSITIVO** Firme em tais considerações, **DOU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO**, concedendo o benefício integral da Justiça Gratuita, e mantendo a liminar anteriormente concedida nesse sentido. **É como voto.** Presidiu a sessão, o Exmo. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos. Participaram do julgamento, o Exmo. Des. Eduardo José de Carvalho Soares, juiz convocado em substituição ao Exmo. Des. José Aurélio da Cruz, o Exmo. Des. Luiz Sílvio Ramalho Júnior e o Exmo. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos. Presente ao julgamento, Dr. Aristóteles de Santana Ferreira, Procurador de Justiça.

Sala de Sessões da Segunda Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa/PB, 25 de maio de 2020.

**JUIZ CONVOCADO** *Eduardo José de Carvalho Soares*  
**RELATOR**



Assinado eletronicamente por: EDUARDO JOSE DE CARVALHO SOARES - 01/06/2020 15:44:01  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060115440147100000006460539>  
Número do documento: 20060115440147100000006460539

Num. 6485272 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: MARIA DE LOURDES RODRIGUES - 08/06/2020 09:15:01  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060809150127500000030074677>  
Número do documento: 20060809150127500000030074677

Num. 31348524 - Pág. 5